

Notícias Sindicais, 18/02/14

Portal CTB

Centrais se preparam para defender pauta trabalhista no 1º de Maio

Representantes das centrais sindicais se reuniram na manhã desta segunda-feira (17), em São Paulo, para negociar a realização de um ato unitário na celebração do Dia do Trabalhador - 1º de Maio.

Pela CTB, participaram os vice-presidentes, Nivaldo Santana e Joílson Cardoso; e o presidente estadual, Onofre Gonçalves, que ressaltaram a necessidade de manter a unidade entre as centrais.

“Defendemos a unidade das centrais e que se construa um ato que em torno da defesa da pauta trabalhista. Porque esse é o nosso mote. É o que nos unifica”, afirmou Santana.

As centrais estaduais também devem organizar atos unitários para marcar o Dia 1º de Maio nas principais capitais brasileiras e reforçar as bandeiras contidas na Agenda da Classe Trabalhadora.

Em todo o país, o movimento sindical desenvolve lutas em torno das bandeiras unitárias definidas pela campanha unitária das centrais como a redução da jornada de trabalho sem redução do salário, o fim do fator previdenciário, a Reforma Agrária, a ratificação das convenções 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras.

Portal CTB

Portal da CUT

Metalúrgicos do sul de Santa Catarina entram em greve

17/02/2014

Categoria reivindica reposição da inflação mais 7% de aumento real e atendimento as demais cláusulas sociais

Escrito por: Maristela Benedet

Trabalhadores (as) de seis empresas metalúrgicas do sul de Santa Catarina estão em greve, que começou a partir da zero hora desta segunda, dia 17 de fevereiro.

São três empresas de Criciúma e três de Içara, as demais empresas serão paralisadas gradativamente durante a semana. A direção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Criciúma e Região se reuniu no domingo à noite com os demais Sindicatos da região para organizar o movimento.

Renaldo Pereira, secretário de Finanças da CUT-SC, veio apoiar o protesto representando a Central. Pelo silêncio do Sindicato Patronal ligado ao Sindimetal, que não chamou para negociar e ofereceu somente 5,56% da inflação e nada de aumento real, a categoria aprovou a greve na segunda Assembleia realizada dia 13.

A categoria reivindica o INPC mais 7% de aumento real e demais cláusulas sociais. O piso atual é de R\$ 1.023,54. A data-base é 1º de janeiro. Conforme o presidente do Sindicato, Francisco Pedro dos Santos, “eles não ofereceram nada e a categoria cansou dessa falta de respeito”, explica.

São sete mil trabalhadores distribuídos nas metalúrgicas em 26 municípios do sul de Santa Catarina, ligadas ao Sindimetal. As 30 maiores empresas de médio e grande porte se concentram nas cidades de Criciúma, Içara, Sangão, Forquilha, Morro da Fumaça e Urussanga. A última greve da categoria foi de um dia, em 2011.

Portal da CUT

Educadores e educadoras de Minas realizam assembleia no dia 26

17/02/2014

Com paralisação total das atividades, assembleia abre a Campanha Salarial Educacional de 2014

Escrito por: Sind-UTE/MG

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) convoca os educadores para Assembleia Estadual que será realizada na próxima semana, no dia 26 de fevereiro, quarta-feira, às 14 horas, no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A assembleia, com paralisação total de atividades, abre a Campanha Salarial Educacional de 2014.

Servidores e servidoras da educação querem: pagamento do piso salarial; descongelamento da carreira; cumprimento por parte do governo do Estado dos acordos firmados; investimento dos 25% arrecadados com impostos na educação; nomeação dos concursados, para todos os cargos vagos; retorno da educação física e do ensino religioso nos anos iniciais; negociação da pauta de reivindicações; atendimento digno no IPSEMG.

Portal da Força Sindical

Servidores Públicos de Osasco iniciam Campanha Salarial 2014/2015

Maior controle, melhor desempenho e facilidade de gestão. Sindicato quer aumento real de 10%.

Na quinta-feira, 13/2, o Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos do Município de Osasco e Região (Sintrasp) realizou Assembleia Geral com a categoria para definição da pauta de reivindicação da Campanha Salarial 2014/2015.

O presidente do Sindicato, Jessé de Castro Moraes, realizou um balanço de antigas demandas e abriu espaço para discussão sobre as novas propostas, votação e fechamento dos itens que compõem a pauta desse ano.

As principais reivindicações da pauta, composta por 25 cláusulas, são aumento real de 10%; valorização do salário base; repasse da inflação acumulada no período de maio de 2013 a abril de 2014; aumento do vale-alimentação para R\$ 380; criação de Lei Municipal que garanta o repasse da inflação acumulada de cada período de 12 meses; Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para todos os servidores; reforma e finalização do novo Estatuto do Servidor; entre outros.

Confira a íntegra da Pauta de Reivindicação:

- 1 – Valorização do Salário Base: piso salarial de R\$ 1.300,00, sem abono, respeitando a progressão das referências salariais em 5%;
- 2 – Repasse da inflação acumulada no período de maio/13 a abril/14;
- 3 – Aumento real de 10%;
- 4 – Aumento do vale-alimentação de R\$ 220 para R\$ 380;
- 5 – Criação de Lei Municipal que garanta o repasse da inflação acumulada de cada período de 12 meses na remuneração dos empregados e servidores da Administração direta, inativos e pensionistas do IPMO, autarquias e fundações municipais, de acordo com INPC/IBGE;
- 6 – Aumento do Prêmio Incentivo da Saúde de R\$ 180 para R\$ 300;
- 7 – Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para todos os servidores;
- 8 – Reforma, alteração e finalização do novo Estatuto do Servidor;
- 9 – Enquadramento dos cargos de nível superior que estão na referência 05 para a referência 09 (cargos previstos na Lei Complementar 194/2010);
- 10 – Enquadramento dos cargos de Médicos para referência 37-A;
- 11 – Enquadramento dos cargos de Auxiliar de Enfermagem para referência 27-A;
- 12 – Enquadramento dos cargos de Técnicos de Enfermagem para referência 29-A;
- 13 – Enquadramento dos cargos de Agentes de Trânsito para referência 20-A;
- 14 – Aumento das referências salariais para todos os cargos do Magistério;
- 15 – Equiparação do valor da hora-aula dos PDI's aos PEB's I;
- 16 – Concessão do recesso escolar as PDI's como direito igual aos demais professores;
- 17 – Aumento do Adicional de Risco de Vida dos Vigias para 100%;
- 18 – Concessão do Adicional de Risco de Vida aos Agentes de Trânsito em 70% de seu salário;
- 19 – Concessão de Seguro de Vida e Auxílio Funeral para todos servidores ativos, inativos e pensionistas do IPMO, autarquias e fundações municipais de Osasco;
- 20 – Concessão de assistência médica hospitalar para todos os servidores, inclusive os inativos e pensionistas do IPMO;
- 21 – Reposição das perdas salariais de 30,47%, de janeiro de 2005 a dezembro de 2013;
- 22 – Concessão do Auxílio Alimentação;
- 23 – Abertura de concurso público imediato com curso preparatório para os servidores temporários;
- 24 – Fim de todas as terceirizações, privatizações e outras formas de trabalhos precarizados que já ocorrem no município;
- 25 – Adicional de insalubridade para todo o pessoal da Saúde;

Portal Mundo Sindical

Sem acordo, julgamento de greve terá de ser feito pelo TJ

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP) vai julgar se a greve realizada pelos servidores públicos municipais de Votorantim, entre os dias 4 e 13 de dezembro do ano passado, foi abusiva ou não. A Prefeitura e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Votorantim não chegaram a um acordo em audiência de conciliação realizada no gabinete do vice-presidente do TJ/SP, Eros Piceli, na tarde de anteontem, e a ação de dissídio coletivo movida pelo município será encaminhada, por intermédio de sorteio, para um dos desembargadores do Órgão Especial. O sindicato acusa a Prefeitura de coagir funcionários públicos, com abertura de sindicância para identificar "cabeças do movimento" e responsabilizá-los por tentar impedir que servidores

trabalhassem durante a paralisação. Em nota, a Prefeitura de Votorantim informou que jamais houve qualquer tipo de coação relacionada aos grevistas ou a qualquer outro servidor público.

A advogada do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Votorantim, Rosana Batista Rosa, disse que a Prefeitura de Votorantim, por intermédio de seus representantes na audiência, deixou claro que não queria acordo nenhum. Segunda ela, o município queria apenas que o sindicato arcasse com R\$ 220 mil, que seria o dinheiro investido pela Prefeitura na contratação de empresas emergenciais para coleta de lixo. O município contratou a empresa Engever Comercial e Serviços Urbanos Ltda. para retirar o lixo e transportá-lo ao aterro sanitário no dia do aniversário da cidade (8 de dezembro) e depois firmou contrato emergencial com a Gomes Lourenço.

Rosana Batista Rosa explicou que o município ignorou as propostas apresentadas pelo desembargador e também pelo representante do Ministério Público Estadual (MP/SP), com a intenção da compensação dos dias parados com horários trabalhados pelos servidores após a jornada regular, bem como o pagamento dos dias de greve. "Os servidores queriam pagar essas horas e foi proposto trabalho de 12 dias, três dias a mais que os parados, com trabalho realizado fora da jornada de trabalho. Não aceitaram, o que mostra que a prefeitura está intencionada apenas na punição dos servidores."

A advogada disse ainda que a greve foi motivada a partir do aumento diferenciado dado pelo prefeito Erinaldo Alves da Silva (PSDB) a uma única categoria (auxiliar de serviço infantil), já que outros servidores cobraram do município a igualdade no índice do reajuste (isonomia salarial). Ela explicou que um servidor auxiliar de campo recebe remuneração à base de R\$ 698,43 e um coletor de lixo recebe R\$ 770,40. Os valores, segundo o sindicato, estão bem abaixo dos salários praticados nas cidades da região, de porte parecido ou até menor, tais como Alumínio, Salto de Pirapora e Itu.

Participaram da audiência o desembargador Eros Piceli; o promotor Wallace Paiva Martins; os secretários municipais de Votorantim; Fábio Lugari (Serviços Públicos); Marcos Trinca (Governo); além ainda dos representantes do sindicato, Isael Clareti (presidente) e Rosana Batista Rosa (advogada).

Coação

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Votorantim, Isael Clareti, afirmou que a prefeitura vem coagindo servidores públicos, ao chamá-los na Secretaria de Serviços Jurídicos e questioná-los se foram impedidos de trabalhar por algum outro funcionário. "Eles mostram fotos de servidores e pedem que o funcionário indique se foi essa pessoa quem impediu ela de trabalhar. Não barramos ninguém na greve e na verdade eles (Prefeitura) que estão coagindo. Ou seja, são eles e não nós." Clareti disse que os servidores ainda encerraram a greve no dia 13, justamente para não dar mais prejuízo à população e mesmo assim o município manteve o contrato emergencial com a Gomes Lourenço.

Prefeitura

A Prefeitura argumentou ainda em nota que as outras indagações feitas pela reportagem estão sendo discutidas na ação judicial. Os questionamentos feitos são os seguintes: "Por que a Prefeitura não aceitou as propostas de compensação dos dias parados? Não vai pagar os dias parados? Quer que o sindicato pague pelos custos de R\$ 220 mil? Esse valor é o do contrato com a Gomes Lourenço? Ou também da empresa contratada em Alumínio para pegar lixo no dia 8 de dezembro? Qual valor de cada contrato? Por que manteve contrato mesmo com o fim da greve? Existe esta coação dita pelo sindicato para punir os "cabecas da greve"?"

Fonte: Wilson Gonçalves Júnior/Cruzeiro do Sul - 17/02/2014

Portal Mundo Sindical

Campanha salarial: donos de escola propõem desmonte da convenção coletiva

Na primeira rodada de negociação, realizada em 11 de fevereiro, o sindicato das escolas de educação básica (SIEEESP) fez dura investida contra os direitos dos professores, propondo a redução, e em alguns casos até mesmo o fim, de conquistas históricas da categoria.

Entre as "propostas" apresentadas estão o reajuste salarial proporcional ao tempo de serviço, a PLR condicionada à assiduidade e ao tempo de contratação e a possibilidade de contratação por salários mais baixos.

Além disso, querem o fim das férias coletivas dos professores, o fim da cesta básica, a redução do recesso para 20 dias, o fim da licença em caso de morte ou casamento e o não pagamento do recesso na demissão no fim do ano.

Tais propostas foram rechaçadas pelo SINPRO-SP e mais sindicatos articulados em torno da campanha salarial unificada dos professores e auxiliares em todo o estado.

Mobilização já!

Diante da postura dos donos de escola, a mobilização da categoria será fundamental para que as reivindicações sejam tratadas com a seriedade que merecem. Contra a intransigência patronal, os professores precisam mostrar força na defesa de seus direitos.

A próxima rodada de negociação está marcada para o dia 18 de fevereiro.

Fonte: Sinpro SP, com informações da FEPESP - 17/02/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores da Volkswagen avaliam suspensão de contrato de 150 trabalhadores no Paraná

Os metalúrgicos da fábrica da Volkswagen, em São José dos Pinhais, município da Região Metropolitana de Curitiba, realizarão assembleia nesta segunda-feira (17), para debater e votar uma proposta de suspensão do contrato de trabalho (layoff). Negociado pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba com a empresa, a proposta envolve 150 trabalhadores, com a possibilidade de inclusão de mais outros 150. A negociação tem como objetivo preservar os empregos de cerca de 300 trabalhadores. As assembleias serão realizadas nas entradas de turno, às 5h40 (1º turno), às 14h (2º turno) e às 22h30 (3º turno).

Os acordos de layoff são previstos no artigo 476, da Consolidação das Leis de Trabalho. Neste tipo de acordo os trabalhadores tem o seu contrato de trabalho suspenso, mas continuam na ativa realizando curso de qualificação profissional e recebendo o seguro desemprego. A empresa complementa o restante do salário, com garantia de manutenção do emprego. Essa foi a forma proposta pelo Sindicato para buscar preservar os empregos dos trabalhadores da planta, de acordo com as informações do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (Simec).

Para o Sindicato o cenário é fruto da demora da Volkswagen em anunciar e realizar investimentos e trazer novos produtos para a planta de São José. "A fábrica de São José sempre se destacou em volume de produção das outras plantas do Brasil. Porém, é a última a receber investimentos e novos produtos, o que, a nosso ver, prejudicou a competitividade, a busca de mercado e os trabalhadores que, agora, vão ter que aderir a esse layoff para não perder seus empregos. Tudo por falta de estratégia da empresa, que insiste em não reconhecer a qualidade da mão de obra do trabalhador paranaense", afirma Sérgio Butka, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

A planta de São José dos Pinhais possui 3.400 trabalhadores, sendo 2.400 do chão de fábrica divididos em três turnos de trabalho (800 cada turno). Atualmente a fábrica está produzindo 640 veículos por dia (a capacidade é de 870/dia). Os modelos fabricados são o Fox, o Crossfox e o Spacefox. Em 2015, estão previstas o início da produção do Novo Golf, do Audi A3 Sedã e Audi A3Q3.

Conheça a proposta de layoff

Se a proposta de layoff for aprovada pelos trabalhadores, todos os que se encaixarem nesta situação passarão três meses realizando cursos de qualificação dentro da própria fábrica e recebendo seguro desemprego mais o complemento salarial da empresa.

Além disso, o Sindicato exigiu e garantiu que todos os trabalhadores tenham a direito a todos os benefícios de um contrato de trabalho normal como INSS, 13º salário, férias, Participação nos Lucros e Resultados, além de 8% de FGTS (direitos que não são obrigatórios em acordos de layoff).

Fonte: Bem Paraná - 17/02/2014

Portal Mundo Sindical

Trabalhadores de Etecs e Fatec entram em greve no Vale do Paraíba

Cerca de 60% dos trabalhadores do Centro Paula Souza aderiram à greve iniciada nesta segunda-feira (17) nas Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades Técnicas (Fatecs) do Vale do Paraíba, segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinditeps). De acordo com a entidade, cerca de 10 mil estudantes devem ser afetados com a paralisação.

Segundo o sindicato, a greve ocorre nas unidades das Fatecs e Etecs em São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba e Caçapava. Ao todo, 12 cidades na região do Vale, litoral norte e Bragança Paulista contam com unidades das escolas. O Sinditeps informou que além dos professores, funcionários do setor administrativo do centro também participam da paralisação.

De acordo com o vice-presidente do sindicato, Renato de Menezes Quintino, a categoria pede a aprovação do plano de carreira, que inclui a adesão de alguns benefícios, direitos e licenças aos funcionários. "A greve é para a aprovação do plano que foi prometido em 2011. Desde então estamos tentando negociar, mas o diálogo não está sendo mais possível", afirmou.

Outro lado

O Centro Paula Souza informou, por meio de nota, que as aulas correram normalmente nesta manhã nas Etecs dos municípios de Cachoeira Paulista, Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá,

Lorena, São José dos Campos e São Sebastião e também nas Fatecs de Bragança Paulista e Jacareí. Segundo a autarquia, parte dos professores não compareceu às Etecs em Caçapava, Jacareí e Taubaté.

Fonte: G1 - 17/02/2014

Portal Mundo Sindical

Greve: dois mil metalúrgicos de SC estão com as atividades paradas

A paralisação dos trabalhadores metalúrgicos na região de Criciúma iniciou com o fechamento das atividades em seis empresas por volta da meia-noite desta segunda-feira. São duas empresas de Criciúma, uma de Forquilha e três de Içara, totalizando dois mil trabalhadores de braços cruzados. As outras empresas serão paralisadas gradativamente durante esta semana. A direção da entidade se reuniu na noite desse domingo com os demais sindicatos para organizar o movimento.

A categoria reivindica o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mais 7% de aumento real e demais cláusulas sociais. O piso atual é de R\$ 1.023,54, sendo que a data base é estabelecida no dia 1º de janeiro. O Sindicato Patronal ofereceu aumento de 5,56% da inflação, mas não apresentou aumento real.

São sete mil trabalhadores distribuídos nas metalúrgicas em 26 municípios do Sul do Estado ligadas ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Criciúma e Região (Sindimetal). As 30 maiores empresas de médio e grande porte se concentram nas cidades de Criciúma, Içara, Sangão, Forquilha, Morro da Fumaça e Urussanga. A última greve da categoria foi em 2011 e durou um dia.

Fonte: Engeplus - Colaboração: Maristela Benedet/Comunicação Sindmatal - 17/02/2014

Diap, 17/02/14

Ação de "justiceiros" confronta Brasil com velhas mazelas

A imagem de jovem negro amarrado nu a um poste encontrou apoio de parte da sociedade, num reflexo, segundo especialistas, de uma herança histórica de segregação e violência com a qual ainda se tem dificuldade de lidar.

"A gente sai em uma ronda para procurar esses criminosos. A gente bate, dá uma lição de moral, impõe respeito em cima deles e depois libera. Como se nós fossemos os policiais do bairro." A declaração, dada ao programa Fantástico, da TV Globo, é de um integrante do grupo que se autodenomina "justiceiros", responsável por prender com uma trava de bicicleta um adolescente de 15 anos a um poste no Flamengo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

As fotos do menor – que tem passagens pela polícia por furto – nu e amarrado ao poste logo ganharam as redes sociais e foram reproduzidas pela imprensa. Diante do sentimento de insegurança na cidade e de omissão do Estado, a ação do grupo não demorou a encontrar apoio de parte da sociedade. Em comentários nos sites de grandes jornais, a frase "está com pena, leva para casa" virou quase bordão entre leitores.

As manifestações favoráveis foram externadas até pela âncora do jornal SBT Brasil, Rachel Sheherazade (foto abaixo). E colocaram em debate temas que vão além da violência estrutural e da insegurança em grandes cidades brasileiras. A ação de um grupo formado à margem da lei e do Estado e motivado pela ideia de "fazer justiça com as próprias mãos" acabou refletindo uma relação histórica de segregação que vem desde a escravidão.

"Na maior parte da Europa não existe um conceito de sociedade inimiga, como no Brasil. É impressionante ver como o povo brasileiro vive de forma altamente segmentada, apesar de todos os avanços dos últimos anos", opina o historiador alemão Dawid Bartelt, diretor da Fundação Heinrich Böll (ligada ao Partido Verde da Alemanha) no Brasil.

Para ele, a retaliação privada não é uma forma aceitável de se lidar com problemas sociais, como a violência. Ele afirma que as reações de ódio como essas são perigosas e evidenciam que parte da população não compreende que a pobreza e a violência são resultado de injustiças estruturais.

Deformação social

Para seus defensores, o justicamento – o ato de punir com a morte ou o suplício – é uma saída legítima para preencher uma lacuna deixada pelo Estado. Para seus detratores, uma violação dos direitos humanos e um atentado ao Estado de Direito, um fruto da mesma deformação social que levou ao surgimento de milícias e esquadrões da morte no Rio, que igualmente colaboram para o aumento da violência.

"A segurança pública não é uma forma de vingança. O grande problema é que não se acredita em qualquer reabilitação promovida pelo sistema penitenciário brasileiro. O grande

descrédito nas instituições gera esse tipo de atitude", afirma o advogado Ariel de Castro Alves, membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

O relatório Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil mostra que assassinatos são a principal causa de morte de jovens negros e do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que moram nas periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

A psicóloga Miriam Debieux Rosa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade de São Paulo (USP), diz que, pelo histórico de exclusão social do país, os atos de justificação acabam sendo dirigidos ao jovem da periferia, a quem é atribuída grande parte da culpa pela insegurança pública.

"O que existe é uma relação histórica de segregação que vem desde a escravidão: pessoas são deixadas à margem das oportunidades e não são vistas como pertencentes ao campo social", afirma. "O problema da violência é estrutural e complexo e transcende a busca de um inimigo."

Bartelt argumenta que a classe média no Brasil não tem nenhum projeto de solidariedade para com a parcela pobre da população. "A violência forte, em massa, quem sofre são justamente os moradores da periferia, os mesmos que estão sendo sumariamente criminalizados por esse tipo de discurso", analisa o historiador alemão.

Punição por ouvir dizer

A ação de grupos de justiceiros é passível de punição. A Polícia Civil do Rio de Janeiro instaurou um inquérito para apurar o crime de lesão corporal praticado contra o adolescente que foi preso ao poste no Flamengo e tenta localizar câmeras de segurança que possam ajudar a identificar os autores do ataque.

"O perigo é esses casos se multiplicarem e, para isso, as autoridades de segurança pública devem agir com muito rigor e rapidez", defende a coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, Julita Lemgruber, que já foi diretora do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

Quanto ao direito do cidadão de reagir a um ato criminoso, a legislação brasileira prevê a legítima defesa – mas isso não contempla casos de linchamento e justificação. "A partir do momento em que o criminoso já foi controlado de alguma forma, não é admissível que as pessoas passem a praticar violência e tortura. Quando isso acontece, elas estão se igualando aos criminosos e são tão culpadas quanto eles", explica Alves.

Debieux critica o comentário sobre o episódio feito por Rachel Sheherazade. Em horário nobre, a apresentadora do SBT disse que a atitude dos vingadores é "até compreensível" diante de um Estado "omisso" e que o "contra-ataque aos bandidos" é uma atitude de "legítima defesa coletiva".

"A forma como o caso foi apresentado pela jornalista alimenta o ódio em relação a esses jovens. E boa parte da população concorda com isso. Órgãos de imprensa simulam essa leitura e não fazem uma reflexão séria. Esse é um problema de atraso na agenda de qualquer país que se diga civilizado", avalia Debieux.

Quem manifesta opinião favorável ao justificação também está sujeito a punição. O Código Penal prevê detenção de três a seis meses, ou multa, por incitação ao crime e apologia ao crime ou ao criminoso, inclusive em meios de comunicação e redes sociais.

Mais injustiças

Castro Alves argumenta que os "justiceiros" fazem um julgamento genérico e arbitrário de quem seria um potencial criminoso. Segundo o advogado, isso abre margem para ainda mais injustiças.

"Se até cumprindo todos os procedimentos legais, com direito de defesa, pessoas são penalizadas injustamente no Brasil, imagine num julgamento sumário baseado no 'ouvi dizer'. Num dia, a vítima pode ser um criminoso, no outro, um suspeito e, no outro, pode ser qualquer um de nós, inclusive por motivos políticos ou ideológicos", alerta.

O advogado defende que quem pratica ou apoia atos de justificação por querer justiça deveria se empenhar pelo fortalecimento das instituições democráticas. "Eles deveriam lutar por uma polícia bem equipada e remunerada, sem corrupção e cumpridora das leis, por uma Justiça menos morosa e por um sistema prisional e de recuperação de adolescentes que efetivamente reedue e reabilite as pessoas."

Para o diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Átila Roque, a sociedade brasileira precisa escolher entre avançar no desenvolvimento do Estado de Direito ou seguir o caminho da barbárie. "A 'justiça com as próprias mãos' apenas alimenta o ciclo de banalização da vida", opina. (Fonte: DW.DE)

OPINIÓN - MEXICO

Urge otro sindicalismo que no solo luche por su gremio, sino clasista y anticapitalista

Por Pedro Echeverría V.

Rebanadas de Realidad - Distrito Federal, 11/02/14.-

1. Los sindicatos, durante fines del siglo XIX hasta mediados del siglo XX, fueron simples órganos de defensa de los trabajadores contra la explotación y los malos tratos, así como de lucha para la conquista de salarios y prestaciones; es decir sólo podían luchar contra los vicios del capitalismo, buscaban hacerlo menos injusto; nunca se propusieron enterrar la explotación capitalista para que los mismos trabajadores se encarguen de ser los propietarios colectivos de la empresa.

2. Por sólo dar luchas gremiales, es decir, encerrar nuestras demandas y peticiones en asuntos de nuestras empresas o fábricas, nunca vimos –nos bloquearon- la estrecha alianza que se registraba entre gobierno, empresarios, medios de información, iglesia y embajada yanqui para someter a los trabajadores. Vimos a los gobiernos y explotadores como personas, no como clase social burguesa sólo interesada por defender sus intereses contra descontentos trabajadores paristas, huelguistas, bloqueadores. Pero las experiencias nos enseñaron.

3. A partir de los años sesenta, con el crecimiento de la tecnología, la intensidad de la explotación, la aparición de lo que se llamó “la tercer ola”, es decir, el sector servicios o los obreros de cuello blanco, así como el permanente aumento del desempleo, los sindicatos poco a poco fueron incorporados al servicio del gobierno, el Estado y el empresariado. Las centrales sindicales en México –controladas por Fidel Velázquez y su mafia, fueron obligadas a formar el llamado Congreso del Trabajo en 1966 y a comportarse con más sumisión a la empresa.

4. Las poquísimas organizaciones sindicales que se declararon independientes: SME electricistas, STEUNAM, STERM, algunos sindicatos privados (SPICER, Lido, Up Jhon, Tula) no solo sufrieron la represión de sus patrones sino también del gobierno y de los líderes espurios. Ya no podría ser el sindicato muy limitado que sólo luchaba por sus intereses de gremio y que no buscaba la solidaridad de otros sindicatos y de luchadores sociales. Como dicen hoy los zapatistas, se necesitaba “otro sindicato”, es decir, otra concepción sindical.

5. En Europa de los sesenta, sobre todo entre los analistas de Frankfurt, ya se hablaba del “aburguesamiento” de la clase obrera; no que materialmente tuviera enormes sueldos, sino que su pensamiento era más pacifista porque se había integrado al “establecimiento”. En EEUU, México y otros países en proceso de desarrollo –sobre todo del primer mundo- los sindicatos dejaron de hablar de lucha de clases entre explotados y explotadores, de ser radicales, el clero aconsejó el amor entre patrones y trabajadores; las burguesías hablaron de la desaparición de la lucha de clases.

6. Fue necesario entonces un nuevo sindicalismo. El otro sindicalismo debe ser independiente de gobiernos, empresarios, partidos y líderes espurios; dejar de ser formal que busca el reconocimiento del gobierno y secretaría del Trabajo, para convertirse en rebelde; debe depender menos de las leyes del trabajo, de juntas de conciliación y de abogados, para basarse en las movilizaciones de todos los trabajadores y los luchadores solidarios. Más que buscar el reconocimiento de la burguesía se debe centrar el trabajo de propaganda, organización y agitación, entre los trabajadores.

7. Se puede seguir respetando los cargos burocráticos de secretario general, de conflictos y finanzas, pero quienes mandan en los sindicatos deberán ser las asambleas de masas que toman los acuerdos, conformados por dirigentes o direcciones horizontales, rotativas y revocables en cualquier momento. Este “otro sindicalismo” puede construirse entre todos trabajadores de la Educación, sin fronteras de las entidades, pero para ello debe antecederle un intenso trabajo de concientización, de educación política y sindical. Y el Congreso de la CNTE debe analizarlo y discutirlo.

Organizado por Ernesto Germano